ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MENDES

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 443 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024.

DISPÕE SOBRE O LIMITE DE ALÇADAS PARA TOMADA DE DECISÃO ENVOLVENDO AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS RESPONSÁVEIS PELA GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS DO FUNDO DE PENSÕES E PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MENDES - PREVIMENDES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JORGE HENRIQUE COSTA DE OLIVEIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE MENDES, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor;

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar os critérios e limites para a tomada de decisões relativas a atos administrativos que envolvam recursos orçamentários ou financeiros do PREVIMENDES;

CONSIDERANDO a necessidade de compartilhamento de responsabilidades entre os dirigentes e órgãos colegiados do PREVIMENDES;

CONSIDERANDO a necessidade de evidenciar o trâmite de aprovação e os atos relativos às atividades administrativas que envolvam os recursos de investimentos e desinvestimentos;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 008/2021, de 11 de janeiro de 2021;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação do PREVIMENDES às normas e procedimentos do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios – Pró-Gestão RPPS, instituído pela Portaria MPS Portaria MPS nº 185/2015;

CONSIDERANDO a necessidade de dar continuidade ao funcionamento institucional do PREVIMENDES;

DECRETA:

Art. 1º - O Diretor Presidente do PREVIMENDES praticará, conjuntamente com o Tesoureiro do PREVIMENDES, os atos relativos à movimentação dos recursos financeiros e dos investimentos do PREVIMENDES.

Art. 2º - As decisões do Comitê de Investimentos do PREVIMENDES relativas à aprovação de alocações de recursos e desinvestimentos de valores superiores a R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) deverão ser previamente autorizadas pelo Conselho Municipal de Previdência do PREVIMENDES.

§ 1º - Para fins de apuração do limite indicado no caput deste artigo, considerar-se-á individualmente cada aplicação ou resgate.

§ 2º - Em caso de relevante necessidade ou urgência, a autorização prevista no § 1º poderá ser *ad referendum*, devendo constar nos autos expressa e fundamentada justificativa.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Mendes, 27 de dezembro de 2024.

JORGE HENRIQUE COSTA DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publicado por:

Cristiane Silva Figueira

Código Identificador:6B088A23

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro no dia 30/12/2024. Edição 3787

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/aemerj/>